

Critérios de Pesquisa:

Período: 01/11/2023 a 30/11/2023

Assunto: "Coronavírus" or "COVID"

Documento 1/15

225.2023	Sessão Ordinária - CD	06/11/2023-21:08
Publ.: DCD - 11/7/2023 -	Mauricio Marcon-PODE -RS	
	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

O Deputado parabenizou os atletas brasileiros que conquistaram medalhas nos Jogos Pan-Americanos, destacando a contribuição dos militares. Informou sobre o convite feito à Ministra da Saúde para explicar a obrigatoriedade da vacinação de crianças contra a COVID-19. Criticou a medida do Governo de tornar a vacinação obrigatória para crianças, argumentando que isso vai contra as práticas de outros países e representa uma ameaça à liberdade dos pais. Por fim, expressou desacordo com a posição do Governo em relação ao aborto.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODE - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente, caros colegas, um Deputado petista falou sobre as medalhas brasileiras nos Jogos Pan-Americanos, dando como resultado uma política do Lula, com 8 meses de mandato.

Queria lembrar ao colega que, aparentemente, pelas informações que eu tenho aqui, boa parte das medalhas vieram dos militares — os militares que a Esquerda tanto persegue e com os quais gostaria de acabar.

Parabéns a todos os campeões dos Jogos Pan-Americanos. Eles orgulham a nossa Nação. Independentemente de governo, eles estão representando lá o País. E nada mais triste, baixo e desanimador do que um Parlamentar querer puxar para si o mérito de campeões pan-americanos.

Parabéns a todos os brasileiros que conquistaram medalhas!

Presidente, subo a esta tribuna também para dar uma notícia. Conversava sobre isso com a colega Bia Kicis. Hoje, a CFFC aprovou o convite para a Ministra da Saúde vir explicar a obrigatoriedade da vacina da COVID-19 para as crianças. No dia 28, colega Bia, nós teremos a Ministra aqui então para explicar.

Nesse mesmo sentido, eu queria repudiar primeiro essa medida terrível do Governo brasileiro, que vai contra o que a Europa está fazendo, que vai contra o que os Estados Unidos estão fazendo, que vai contra o que o mundo civilizado está fazendo. Para manter uma narrativa, o Governo brasileiro vai colocar a vida das nossas crianças em risco, colega Deputada Bia. Será que o Governo vai se responsabilizar, se houver mortes por causa dessa vacinação obrigatória?

Aliás, Sr. Presidente, eu queria repudiar também uma colocação feita pelo Ministro da Justiça, que fala de tudo, menos de segurança pública no Brasil. Ele deu há pouco a declaração de que vai haver punições para os pais que não vacinarem os seus filhos contra a COVID-19.

Vai fazer o quê, Ministro? Vai sumir com os pais, como fez com as imagens do seu Ministério? Vai botar uma arma na cabeça deles, para eles levarem as crianças para serem vacinadas? Vai proibir as crianças de irem para a escola? Quais serão as medidas de terror que o seu Governo vai implementar contra os pais que não quiserem vacinar os seus filhos?

É triste, Sr. Presidente, nós vemos um governo que impõe a sua vontade na marra, que se dizia do amor e do diálogo, mas que aparentemente é um governo como o de Cuba e o da Venezuela, que dizem conversar com as pessoas, que dizem ouvir as pessoas, mas que tomam medidas completamente antidemocráticas.

Obrigam um pai ou uma mãe a fazer algo a seu filho nos remete a tempos sombrios da nossa história. Nós da Oposição trabalharemos fortemente para que os pais tenham a mínima liberdade, colega Bia, de cuidar de seus filhos como acharem melhor. O mesmo Ministro e o mesmo Governo que dizem cuidar das crianças, colega Bia, são aqueles que querem liberar o assassinato de bebês no ventre de suas mães. Ora, enfim a hipocrisia.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 2/15

225.2023	Sessão Ordinária - CD	06/11/2023-21:20
Publ.: DCD - 11/7/2023 -	Bia Kicis-PL -DF	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

A deputada informou que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle aprovou requerimentos para ouvir a Ministra da Saúde sobre a vacinação de crianças contra a COVID-19. Uma audiência pública com especialistas

também está agendada para discutir o tema.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Pois não, Sr. Presidente.

Quero dizer, como Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, que hoje nós fizemos uma reunião e aprovamos vários requerimentos, de minha autoria e de autoria do Deputado Nikolas Ferreira, do Deputado Eduardo Bolsonaro e do Deputado Carlos Jordy, para ouvirmos a Ministra da Saúde sobre essa imposição de vacinação de crianças de 6 meses a 5 anos de idade contra a COVID-19. A Ministra virá à Comissão no dia 28 de novembro, às 13h30min.

Na quarta-feira, depois de amanhã, dia 8 de novembro, nós faremos uma audiência pública na Comissão, às 11h30min, em que ouviremos grandes especialistas, médicos e biomédicos, pessoas que irão enfrentar esse tema sob a ótica da segurança e da eficácia. Então, nós queremos convidar as pessoas que tenham interesse no tema para virem à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle na quarta-feira. Pais, mães e médicos são bem-vindos a esta audiência pública em que ouviremos o Dr. Roberto Zeballos, o Caio Salvino e o Dr. Francisco Cardoso.

Obrigada.

Documento 3/15

228.2023

Sessão Ordinária - CD

07/11/2023-16:04

Publ.: DCD - 11/8/2023 - Bia Kicis-PL -DF

BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

A Deputada denunciou o ENEM, criticando questões que atacavam o modelo capitalista e o agronegócio, considerando-as vexatórias. Condenou o Ministro da Educação pela prova e questionou a eficácia das vacinas contra COVID-19, apelando contra a obrigatoriedade da vacinação para crianças sem comprovação de segurança.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, colegas, esta é uma fala da tribuna ao Brasil, que assistiu ao vexame desse final de semana, que foi o vexame do ENEM. Nunca se viu algo

parecido com essa prova do ENEM, que numa questão ataca o modelo capitalista. Olhem só "*O modelo capitalista subordina homens e mulheres à lógica do mercado*". Que beleza, a lógica do mercado! E os estudantes têm que ler esse tipo de coisa e marcar uma opção que é aquela que os doídes que preparam a prova do ENEM consideram certa, senão o cara é reprovado. Como disse aqui o meu colega Deputado Jordy, isso é um caso de tortura aos estudantes, que são obrigados a marcar o que vai contra a sua consciência para conseguir passar no exame.

Houve uma questão que criticou o agro, criticou o Cerrado. Eu faço questão de falar disso. Eu, como a Parlamentar que mais investiu no agronegócio familiar, que mais investiu na EMBRAPA na história da EMBRAPA, eu quero dizer o seguinte: o Cerrado era uma terra que não valia nada, era abandonada, ninguém queria saber do Cerrado, era inservível. Aí, veio um homem, um gênio, chamado Alysson Paolinelli, junto com o pessoal também da EMBRAPA, quando a EMBRAPA foi fundada, conseguiu transformar essa terra do Cerrado em uma terra próspera, produtiva, e o Brasil se tornou exportador de alimentos, o celeiro do mundo. Aí, vem essa provinha fajuta, mequetrefe, falar mal do Cerrado, do agro e querer dizer que o agro escraviza, acabou com a opção dos pobrezinhos que viviam aqui no Cerrado. Faça-me o favor! É muito vexame!

O Ministro da Educação não se sustenta. Alguém que permite, sob a sua gestão da educação, um lixo de prova como esse, é alguém que não merece ocupar essa cadeira. Não é à toa que a educação brasileira está nos piores lugares do *ranking* Internacional.

E aí, mudando um pouco de pasta, indo para o Ministério da Saúde, nós temos uma Ministra que quer obrigar as crianças de 6 meses a 5 anos a tomarem uma vacina que não tem a segurança comprovada, a eficácia nem se fala. A Deputada Jandira Feghali afirmou esses dias que estava com COVID-19 após cinco vacinações, cinco picadinhas e ela teve COVID-19. Mas que tipo de vacina é essa que não impede que a pessoa tenha a doença? A vacina como nós conhecemos contra poliomielite, hepatite, impede que a pessoa seja contaminada e também a transmissão. A vacina contra COVID-19 não impede nem a transmissão nem que a pessoa seja contaminada. Ou seja, segurança e eficácia serão discutidas amanhã na CFFC com médicos que virão falar sobre essa vacina. Agora, querer obrigar é terrorismo.

Sr. Presidente, peço que as minhas palavras sejam divulgadas.

Documento 4/15

228.2023

Sessão Ordinária - CD

07/11/2023-17:00

Publ.: DCD - 11/8/2023 - Jack Rocha-PT -ES

BREVES COMUNICAÇÕES
BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

A Deputada destacou o Boletim Epidemiológico sobre a saúde da população negra, trazendo preocupantes estatísticas, como mais de 60% das mortes de mulheres grávidas na época da COVID ocorrendo entre mulheres negras. Expressou a necessidade de destinar orçamento para ações que mitiguem o racismo na saúde. Comprometeu-se a promover a melhoria da saúde da população negra, alinhando-se com a recém-criada bancada negra da Câmara.

A SRA. JACK ROCHA (Bloco/PT - ES. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidenta, eu fico feliz em vê-la novamente.

Eu estou recebendo aqui na Casa, hoje, o Sr. Marcos Vinícius da Silva Cordeiro, da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente, do Ministério da Saúde, que, junto com a Dra. Ethel, tem feito um excelente trabalho na equipe da Ministra Nísia.

Ele trouxe para nós, neste mês de novembro, o *Boletim Epidemiológico: Saúde da População Negra*. É muito importante que esses dados possam ser compartilhados com esta Casa.

Infelizmente, ele traz uma constatação muito triste. Mais de 60% das mortes de mulheres grávidas na época da COVID foram de mulheres negras, assim como as mortes por tuberculose e por outras epidemias.

Esta Casa precisa dar uma resposta quando fala de dispor de orçamento para ações e medidas que possam mitigar o racismo, que também acontece na área da saúde. Eu tenho certeza que essa uma das grandes bandeiras que nós vamos promover nos próximos anos, além do combate ao racismo, será melhorar a saúde da população negra, por ser um compromisso nosso, inclusive, com a recém-criada bancada negra da Câmara.

Seja muito bem-vindo a esta Casa. Muito obrigada pelo trabalho que vocês têm feito à frente de um Ministério tão importante. Leve o nosso abraço para a Dra. Ethel e para a Ministra Nísia Trindade.

Obrigada.

Documento 5/15

228.2023	Sessão Ordinária - CD	07/11/2023-19:28
Publ.: DCD - 11/8/2023 -	Osmar Terra-MDB -RS	
	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO



Sumário

O Deputado criticou a inclusão da vacina contra a COVID-19 para crianças de 6 meses a 5 anos no Programa Nacional de Imunizações (PNI). Enfatizou que as vacinas do PNI visam imunizar, ao contrário da vacina contra a COVID-19 que é ineficaz. Questionou a necessidade de vacinar crianças, destacando a baixa letalidade da doença nesse grupo e apontando a suposta falta de eficácia das vacinas. Levantou dúvidas sobre a vacinação em massa e criticou a eficácia das vacinas de RNA mensageiro. Pediu que a decisão de vacinar crianças seja deixada para as famílias.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria fazer uma manifestação aqui sobre essa discussão toda que está sendo feita sobre a determinação do Ministério da Saúde de incluir no Programa Nacional de Imunizações a vacina contra a COVID-19 para crianças de 6 meses a 5 anos. Eu queria fazer um breve relato aqui do que é a imunização.

Quando nós discutimos o enfrentamento de uma pandemia, de uma epidemia, eu falo com a experiência de quem viveu, foi gestor de pandemia. Talvez eu seja o único aqui no plenário que teve a experiência — não por mérito, mas por circunstância — de enfrentar uma pandemia causada por um vírus desconhecido. O H1N1 entrou pelo Rio Grande do Sul e obrigou a mim e a toda a equipe da saúde do Estado a entender melhor como é que funciona uma pandemia, como é que funciona um vírus respiratório. O que nós fizemos no Rio Grande do Sul serviu, depois, como piloto para orientar o Ministério da Saúde no enfrentamento do vírus H1N1.

Então, o que eu quero dizer aqui, Sr. Presidente, é que, quando um vírus desconhecido ataca, as pessoas não têm anticorpos para combatê-lo. É um vírus mutante. As pessoas pegam o vírus, e, dependendo da capacidade de contágio dele, o número de doentes aumenta rapidamente, numa velocidade incrível. Em poucas semanas, metade da população pode chegar a estar contaminada pelo vírus. E, a partir desse momento, começa a cair o número de pessoas que são contaminadas, porque 50% da população já tem anticorpos. Então, o vírus não consegue mais aumentar o número de doentes, aumentar aquela velocidade que ele tinha de contágio. Ele bate na pessoa que tem anticorpos e morre. Assim, começa a diminuir a circulação do vírus. Esse é o sistema de imunidade natural. Todas as pandemias, todas as epidemias do mundo terminaram quando essa imunidade aconteceu, inclusive as epidemias de gripe de inverno. A epidemia começa com um monte de gente se contaminando; a velocidade de contágio diminui; começa a diminuir o número de pessoas contaminadas; termina a pandemia.

A vacina tenta fazer isso de forma manipulada, tenta criar anticorpos nas pessoas para que elas não se contaminem com o vírus. Para isso, foi criado o Programa Nacional de Imunizações. O Programa Nacional de Imunizações foi criado para pegar as doenças transmissíveis mais comuns e fazer vacina contra



elas, para que as crianças, desde pequenininhas, formassem anticorpos contra os causadores daquelas doenças. Vacinas contra doenças como febre amarela, sarampo, caxumba, varicela, *Haemophilus influenzae*, difteria, tétano, coqueluche e rotavírus estão abrangidas no Programa Nacional de Imunizações. Esse programa usa vacinas que imunizam. Não são vacinas sobre as quais eles arrumam desculpa e dizem: "*Não, a vacina não protege, ela apenas diminui a gravidade*". Isso não existe!

No Programa Nacional de Imunizações, todas as vacinas imunizam. As pessoas não pegam a doença quando tomam a vacina. Vamos colocar os pingos nos is. Nós estamos sendo enrolados, estamos sendo enganados, por uma série de notícias que saem do Ministério da Saúde, da imprensa, da grande mídia, que tergiversam sobre um assunto que é muito sério.

As crianças precisam destas vacinas porque não vão pegar mais estas doenças. Não é porque elas vão pegar uma poliomielite mais leve que vão ficar só com uma perna paralisada, ou não. Isso não existe! Tomou a vacina contra a pólio, não pega pólio. Tomou a vacina contra a coqueluche, não pega coqueluche. Tomou a vacina contra a difteria, não pega difteria.

Agora o Ministério resolveu colocar no PNI uma vacina que não imuniza, a vacina contra a COVID. O Ministério disse que ela não imuniza. Em nenhum vírus de pandemia, houve vacina obrigatória pelo PNI. Nós já tivemos cinco pandemias do fim da segunda metade do século passado para cá. Tivemos cinco pandemias, mas nenhuma está no PNI, mas querem colocar a vacina contra a COVID. Que vacina vão colocar? A AstraZeneca, que não existe mais, que não usam mais? Vão colocar a CoronaVac? Cadê a CoronaVac? A CoronaVac foi colocada lá, e o Doria disse que bastavam duas doses. Quem queria fazer três doses era negacionista. Cadê a CoronaVac? Não se usa mais! Onde estão as vacinas? Agora, só a bivalente, que é contra a variante da cepa ômicron, que não existe mais desde janeiro. Começaram a aplicar a bivalente em fevereiro, março e abril.

Querem vacinar as crianças. Para que submeter as crianças a uma vacina que não imuniza? No PNI, as vacinas imunizam. Esta vacina contra a COVID não imuniza! As crianças pegam a doença do mesmo jeito, mas não morrem de COVID. É raríssimo algum caso em que uma criança morre de COVID. As crianças morriam de H1N1. A H1N1 não matava velho, não matava idoso, mas matava gestante, obeso jovem e criança. Por que não colocaram a vacina contra a H1N1 no PNI para evitar a doença? Não a colocaram no PNI, no entanto querem colocar a vacina contra a COVID.

Eu quero dizer que a vacina contra a COVID não é mais obrigatória em país nenhum. Ninguém está obrigando a aplicar a vacina contra a COVID porque ela não imuniza, ela não protege. As crianças não fazem parte do grupo de risco. A eficácia desta vacina é duvidosa. A África é o continente menos vacinado do mundo: 25% da população africana foi vacinada. A América do Sul é a mais vacinada do mundo: já passou de 70% da população toda

vacinada. Sabem qual é o continente em que mais houve mortes? A América do Sul. África é o continente em que menos se morreu.

Portanto, esta vacina não tem essa importância toda. A Nova Zelândia, uma ilha, proibiu a entrada de pessoas no aeroporto, isolou o país e teve poucos casos, até vacinar 80% da população. Quando eles vacinaram 80% da população, acabaram com o isolamento e abriram as portas. O que aconteceu? Como a população não tinha imunidade natural, aumentou em 72 vezes o número de mortes na Nova Zelândia, que saiu de 68 mortes para 4.900 mortes, isso depois de vacinarem 80% da população. Que vacina é essa?! Que proteção é essa?!

Nós não somos contra a vacina. As vacinas do PNI imunizam; esta não imuniza. Para que vacinar essas crianças agora? Deixem a família decidir se quer vaciná-las. Não vamos proibir, mas deixem a família decidir se quer.

Eu quero apresentar mais um dado aqui: a vacina de RNA mensageiro foi a única que sobrou, pois todas as outras sumiram. Elas sumiram porque não estavam fazendo efeito; sumiram porque estavam criando problemas.

O SR. PRESIDENTE (Sóstenes Cavalcante. PL - RJ) - Peço a V.Exa. que encerre, Deputado.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) - Encerrando, quero dizer que agora existe apenas a vacina de RNA mensageiro da Pfizer. Por que chamamos o RNA mensageiro de experimental? Porque nunca na história humana se fez uma vacina com RNA mensageiro, sempre se fez com vírus inativado. Agora estão inventando uma moda, que é a terapia genética, mas esta também não deu o resultado adequado. A experiência do mundo está mostrando isso. Pelo amor de Deus! Nós estamos há 4 anos experimentando. Se essa vacina funcionasse, em 2021 teria sido debelada a pandemia. Agora a pandemia está chegando ao fim pela imunidade natural. Todo mundo já pegou, todo mundo formou imunidade natural.

Portanto, eu quero dizer que as vacinas foram feitas para cepas que não mais existem. Quando as vacinas ficavam prontas, em meio à pandemia a cepa já tinha sumido. Então, nós temos que ter consciência e pedir ao Governo que não faça isso, que deixe ao critério das famílias decidir se querem ou não vacinar suas crianças.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sumário

A Deputada discutiu o Projeto de lei nº 4.968, de 2020, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para determinar que as empresas disponibilizem a seus empregados informações sobre campanhas oficiais de vacinação, sobre o papilomavírus humano (HPV) e sobre os cânceres de mama, de colo do útero e de próstata. Criticou o negacionismo científico e o histórico do Governo anterior, ressaltando a importância da vacinação, que embora não impeça a COVID, reduz sua gravidade.

A SRA. ERIKA KOKAY (Bloco/PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Presidente, nós somos favoráveis a esta matéria. Nós estamos dizendo que as empresas têm que ter responsabilidade. Aliás, elas têm que ser responsáveis pelo bem-estar dos seus empregados e das suas empregadas.

Isto aqui não representa nenhum tipo de custo. Nós estamos falando de informar sobre o HPV, sobre a vacina contra o HPV, sobre o câncer de mama, sobre o câncer de próstata. Trata-se de informar os empregados e as empregadas, para que nós possamos ter condições para estabelecer diagnósticos precoces e condições, ao mesmo tempo, de os empregados e as empregadas terem bem-estar no local de trabalho, o que, obviamente, vai se refletir na produtividade.

Eu sei que há segmentos que têm muita resistência à vacina, segmentos que nesta Casa já subiram à tribuna para fazer propaganda a favor da cloroquina, para dizer que a COVID-19 não mataria mais do que 900 pessoas. Isso foi dito aqui. O negacionismo da ciência, mas não apenas este, feriu e matou, porque, em muitos momentos, no Governo anterior, nós tivemos nesta tribuna os ventríloquos que defendiam a negação da ciência.

Aquela foi a época do terraplanismo, já que defender a ciência poderia representar ameaças. Nós vivenciamos isso, mas nós defendemos a vacina. Aliás, a vacina tem salvado muitas pessoas. Ainda que ela não evite a COVID, todas e todos sabem que ela diminui os efeitos e a gravidade da COVID. A diferença que se pôde notar a partir do momento em que o Brasil começou a vacinar a população foi imensa, em se tratando do número de mortes. Nós já tivemos a morte de 4 mil pessoas por dia neste País!

Nós tivemos não apenas um genocídio neste País, mas também a negação de instrumentos não farmacológicos e a negação do uso de máscaras. Disseram que se tratava apenas de uma "gripezinha", e tome cloroquina, tome cloroquina, tome cloroquina! Pessoas ficaram sem ter como respirar, e o Presidente da República à época ficava fazendo chacota dessas pessoas. O

Brasil vivenciou tudo isso.

Agora nós estamos falando de HPV, contra o qual existe vacina. Estamos falando em ferramentas para evitar o câncer do colo de útero e outros tipos de câncer. Enfim, nós estamos falando da responsabilidade das empresas.

Portanto, nós encaminhamos "sim" a esta proposição, que é fundamental para termos um Brasil mais saudável.

Documento 7/15

230.2023 Sessão Ordinária - CD 08/11/2023-14:28
Publ.: DCD - 11/9/2023 - André Fernandes-PL -CE

BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou a proposta do Governo Lula de tornar obrigatória a vacina contra a COVID para crianças de 6 meses a 5 anos. Embora reconheça os benefícios, questionou a necessidade da imposição, defendendo a escolha voluntária dos pais.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Estávamos hoje debatendo na CFFC o plano do Governo Lula, do Ministério da Saúde, de tornar obrigatória a vacina contra a COVID para crianças entre 6 meses e 5 anos de idade.

Ouvimos atentamente os argumentos da Esquerda a favor da obrigatoriedade da vacina contra a COVID para crianças. Eles dizem que a vacina tem raríssimos efeitos colaterais, que é uma vacina que não é experimental, que é uma vacina que reduz enormemente o número de internações, que é uma vacina que reduz absurdamente o número de mortes, que é uma vacina gratuita. Ela é a oitava maravilha do mundo!

Eu só não consigo entender, Sr. Presidente, como é que algo tão bom precisa ser obrigatório. Se é bom, o povo vai de forma voluntária. Isso é criminoso.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 8/15

230.2023

Publ.: DCD - 11/9/2023 -

Sessão Ordinária - CD

Ana Pimentel-PT -MG

08/11/2023-23:00

ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

A Deputada reforçou seu apoio ao Projeto de Lei que dispõe sobre a criação do espaço do ciclista nas dependências das empresas, incentivando o uso da bicicleta como meio de transporte ao trabalho. Além disso, defendeu o programa político do Governo Federal e a democracia, criticando a hipocrisia da oposição política e dos apoiadores do ex-Presidente Bolsonaro. Ademais, enfatizou a importância da escola como espaço de sociabilidade e educação e como direito das crianças, repudiando a votação da proposição sobre homeschooling (educação domiciliar). Adicionalmente, censurou a campanha contra a vacinação e os pais que não vacinaram seus filhos contra a COVID-19. Sustentou ainda a diversidade e a pluralidade na educação, a valorização e o respeito aos professores, reprovando tentativas de restringir a liberdade de ensino. Por fim, ressaltou o papel da escola no ensino de valores e de respeito à diversidade familiar.

A SRA. ANA PIMENTEL (Bloco/PT - MG. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Presidente, quero, primeiro, cumprimentá-lo pela condução dos trabalhos nesta noite e reforçar que, embora eu tenha uma alegria enorme de sempre ser confundida com a Deputada Ana Paula, eu sou Ana Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (Sóstenes Cavalcante. PL - RJ) - Perdoe-me, Deputada Ana Pimentel. Está registrado o nome correto de V.Exa.

A SRA. ANA PIMENTEL (Bloco/PT - MG) - Imagine! Tudo bem, Presidente.

É um prazer ser confundida com a Deputada Ana Paula, minha companheira de partido e companheira de Santa Catarina.

Quero reiterar os cumprimentos a V.Exa., Presidente, pela condução dos trabalhos e pela manutenção dos acordos que nós fizemos e das votações desta noite.

Reitero a importância deste projeto que nós estamos debatendo agora, um projeto de autoria do Deputado Túlio Gadêlha, que valoriza outros meios de transporte e responsabiliza, sim, as empresas a dar garantias para que os trabalhadores tenham condições de exercer a mobilidade de outras maneiras no nosso País.

No entanto, eu preciso mencionar que hoje, aqui, a Oposição e, sobretudo, os Deputados da ultradireita, que apoiam o ex-Presidente Bolsonaro, que perdeu as eleições no ano passado, falaram muito de hipocrisia. Eles têm falado, têm



atacado e sempre têm mencionando a hipocrisia como eixo argumentativo central em suas falas. Nós precisamos reforçar a hipocrisia deles e, mais do que isso, precisamos lembrá-los, como temos feito ao longo desta noite, de que eles perderam as eleições e precisam aprender a respeitar a democracia neste País. Aliás, a democracia é algo que eles sistematicamente têm tentado atacar nos últimos anos.

Nós precisamos nos lembrar de que o projeto que venceu as eleições no ano passado defende a escola, defende os direitos das crianças, defende que a escola seja um local de sociabilidade. Aí, nesta noite, querer colocar a votação do *homeschooling* é uma hipocrisia enorme, mais do que isso, é um ataque à democracia. Nós precisamos lembrar que, neste País, a Constituição defende o direito da criança à educação e, sim, os pais são responsáveis por garantir que as crianças estejam nas escolas. A educação não é um direito dos pais: é direito das crianças.

É interessante dizermos isso porque esta é a mesma turma que é contra a vacinação. Eu fui Secretária de Saúde durante a pandemia. Muitos pais não queriam vacinar as crianças contra a COVID. Muitos pais não queriam vaciná-las e, até hoje, não querem vacinar seus filhos. É por isso que hoje nós temos baixos índices de adesão e altos índices de hesitação quando se trata de vacina. Isso é um desrespeito gravíssimo às crianças!

Nós precisamos nos lembrar de que os pais não são proprietários das crianças. As crianças têm direitos, e os pais devem garanti-los às crianças. Portanto, é fundamental lembrarmos que a escola, além de ser um espaço de sociabilidade, é importante como eixo central, como espaço de sociabilidade, de formação e de educação. A escola é fundamental também para a garantia da diversidade e da pluralidade, para o processo educativo de tolerância das crianças, algo que essa turma não sabe fazer. É importante lembrarmos isso.

Sabem por quê? Porque eles acham que nós devemos viver num país teocrático, num país em que apenas os valores deles é que devem ser regidos e vivenciados na sociedade. É por isso que é fundamental que a escola seja um espaço de diversidade e de educação. É essa mesma turma que, nos anos anteriores, sugeriu e orientou os jovens a filmarem os professores, a perseguirem os professores. Eles não querem as crianças nas escolas porque eles odeiam os professores. Esta é a verdade! Nós precisamos respeitar os professores, os profissionais da educação. É por isso que as crianças devem estar nas escolas. Os professores são formados, eles têm as habilidades e as competências necessárias para que as crianças passem por seu percurso formativo.

Eu vou falar de outro argumento, que é o respeito à família. Nós sabemos que não existe uma família; existem famílias. A família brasileira é diversa, e é por isso também que a escola é importantíssima. As crianças aprendem que existem famílias no Brasil — e isso é fundamental. E todos nós, que temos famílias — eu também tenho a minha e valorizo muito o espaço, a conexão, a

troca e o compartilhamento de valores —, queremos passar os nossos valores para as nossas crianças. Nós podemos fazer isso nos nossos espaços, nas nossas casas, nas igrejas, nos espaços culturais.

Então defender a escola é, sim, defender os valores das famílias também. Temos que entender que nós vivemos num país plural, cultural, diverso, com diversos tipos de famílias. É fundamental as crianças aprenderem outras formas de viver e valorizarem o sentido maior da democracia.

Presidente, eu acho que esta é uma noite em que precisamos valorizar a escola e o direito das crianças.

Documento 9/15

231.2023	Sessão Ordinária - CD	09/11/2023-10:28
Publ.: DCD - 11/10/2023	Adriana Ventura-NOVO -SP	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

A Deputada discursou sobre a abordagem do Partido Novo em relação à desigualdade no Brasil. Destacou que a desigualdade deve ser combatida de maneira diferente, afirmando que a atual estratégia, que busca tirar dos ricos para dar aos pobres, é equivocada. Defendeu a ideia de que o foco deve ser combater a pobreza, proporcionando oportunidades e educação de qualidade. Criticou a política de assistencialismo e o fechamento prolongado das escolas durante a pandemia, argumentando que prejudicou os mais pobres. Assinalou a importância de gerar empregos e riqueza para elevar as condições de vida dos menos favorecidos, desafiando a narrativa que rotula os empreendedores como exploradores, conforme as questões do ENEM.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Sem revisão da oradora.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Caros colegas, eu subo a esta tribuna para abordar uma visão um pouco diferente, a visão que nós do Partido Novo defendemos.

Muito se fala em desigualdade. Realmente, o Brasil é um país desigual. Inclusive a nossa Constituição fala que devemos formular políticas públicas para combater desigualdades. A visão que eu quero trazer aqui é a de que a desigualdade tem que ser combatida de outra forma. A forma como vem sendo combatida a desigualdade é completamente equivocada, em termos de economia, de mercado. Sabem por quê? Porque existe a noção de que a culpa

de existirem pobres é dos ricos. Então, o objetivo é tirar dos ricos para dar para os pobres. É como se a riqueza fosse gerada de maneira um para um, como se fosse um cabo de força. A história mostra que não se trata disso. A história mostra que a pobreza que existia em 1800, em 1900, até os anos 2000 foi diminuindo no mundo por conta do aumento da riqueza.

O que precisa ser combatido é a pobreza. Ninguém quer que sejamos iguais. Eu não vejo problema nenhum em incentivar pessoas a ganhar dinheiro, a ser ricas. Eu quero que haja muitos e muitos ricos no País. O que precisamos combater é a pobreza, a extrema pobreza.

O discurso de quem diz combater a desigualdade é o mesmo discurso de quem não quer dar oportunidade para todos na base, é a mesma política de não querer dar boa educação para a pessoa mais pobre, é a mesma política que traz o populismo no seu cerne, o assistencialismo, que fica dando "favorzinho", "auxiliozinho". As pessoas mais pobres precisam de oportunidades, de boa educação, mas não é isso o que vemos no nosso País. Aqui a educação é péssima. Basta ver qualquer *ranking* de qualquer área da educação, seja da educação básica, seja do ensino médio, seja do ensino universitário, seja do ensino técnico. Somos os lanterninhas do mundo, de uma maneira vergonhosa.

Não interessa tirar o pobre da pobreza. O pobre aqui é tratado como coitadinho, e querem pôr a culpa nos ricos. Pois eu penso o contrário. Vamos combater a pobreza dando oportunidade para as pessoas, vamos combater a pobreza dando boa educação.

Basta ver o que aconteceu na pandemia. Na pandemia, as escolas públicas no Brasil ficaram fechadas durante 2 anos, de propósito — de propósito! Para quê? Para alimentar o corporativismo da educação. Todo mundo estava vacinado, com uma dose ou duas doses, e os mais pobres ficaram sem aula, sem escola pública, por causa de uma política que quer manter pobre no cativo, com este discurso bonito: *"Vamos contra os mais ricos. Há muita pobreza. O Brasil é desigual"*.

Temos que combater a pobreza e só combatemos a pobreza com muito mais riqueza. Só damos oportunidades para os mais pobres com boa educação e boas condições de vida.

Hoje nós temos um governo que lutou na pandemia para as aulas nas escolas não voltarem. O Brasil foi o último país do mundo a retomar as aulas presenciais. Foram 2 anos sem aulas, enquanto outros países fizeram isso em 1 mês ou 2 meses. Então, está indo contra o mais pobre, não quer que os mais pobres tenham chance de subir a rampa e sair da pobreza — essa é a verdade —, para que eles continuem no cativo, continuem reféns, continuem escravos de cestas básicas, continuem escravos de bolsa disso e bolsa daquilo, do Bolsa Família. Isso é vergonhoso, isso é criminoso!

Quero falar de outra coisa também muito importante: vamos gerar emprego e

riqueza, para que o pobre não precise continuar no cativoiro de bandidos que fingem defendê-los, chamando os mais ricos, que geram emprego, de "pessoas exploradoras". Foi isto o que vimos nas questões do ENEM: "*O capitalismo que explora, o capitalismo que escraviza o coitadinho do trabalhador*". Isso não cola mais. A história mostra.

Vamos gerar riqueza para tirar o pobre da pobreza!

Obrigada, Sr. Presidente.

Documento 10/15

231.2023	Sessão Ordinária - CD	09/11/2023-10:40
Publ.: DCD - 11/10/2023	Osmar Terra-MDB -RS	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado expressou preocupação com o fechamento prolongado das escolas durante a pandemia, destacando a importância da educação como legado fundamental para o progresso humano. Criticou a decisão de manter as escolas fechadas por dois anos, classificando, a decisão, como a maior estupidez cometida no enfrentamento da pandemia. Contrastou sua abordagem durante a crise do H1N1, ressaltando que o atual vírus não representa o mesmo risco para as crianças. Denunciou o impacto da medida nas crianças pobres, sem acesso à internet, considerando-o um crime contra a educação brasileira, e condenou a postura conivente da atual administração.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu queria fazer coro com a Deputada Adriana Ventura em relação à manifestação dela sobre a educação no período da pandemia.

O maior legado que nós podemos deixar, que uma sociedade pode deixar para o progresso humano é a educação. Ficar 2 anos com as escolas fechadas, Sr. Presidente, 2 anos com as escolas fechadas, alegando-se que se estava reduzindo o contágio, foi a maior estupidez que se fez em qualquer período de luta contra uma pandemia, contra qualquer coisa.

Fui gestor de pandemia. Não deixei fechar escolas por causa do vírus H1N1, que matava crianças. Esse não mata — são casos raros de crianças com comorbidades.

Então, deixar as crianças pobres, que não tinham acesso à Internet — os pobres não tinham acesso à Internet —, sem educação, sem nenhum acesso à educação, foi um dos maiores crimes que se cometeram contra a educação brasileira. Os que promoveram isso não querem mais falar no assunto, ignoram o assunto, fazem cara de paisagem quando os acusamos de terem cometido esse crime. Parece que nada aconteceu. As crianças pobres do Brasil ficaram 2 anos sem qualquer tipo de educação.

A linha política do Governo atual é conivente com isso. Isso não pode acontecer nunca mais. O estrago já foi grande que chega!

Documento 11/15

241.2023	Sessão Ordinária - CD	22/11/2023-17:40
Publ.: DCD - 11/23/2023	Osmar Terra-MDB -RS	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado expressou solidariedade à família de Cleriston da Cunha, destacando a inadmissibilidade de uma pessoa presa morrer sem acusação grave que justificasse sua permanência na prisão. Ressaltou a necessidade de investigação e responsabilização nesse caso. Além disso, abordou a vacinação de crianças contra a COVID-19, questionando a eficácia das vacinas disponíveis e o risco para as crianças, considerando a baixa probabilidade de contrair a forma grave da doença. Levantou dúvidas sobre a eficácia das vacinas e a necessidade de submeter as crianças a esse processo. Ele solicitou esclarecimentos da Ministra da Saúde sobre a justificativa para vacinar crianças com baixo risco de contrair o vírus.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente, Deputado Pompeo de Mattos, grande parceiro do Rio Grande. Quero cumprimentá-lo, os Deputados e o grande parceiro, o grande Deputado Mauro Pereira, que está aqui hoje nos prestigiando.

Primeiro, eu queria me solidarizar com a família do Cleriston da Cunha. É inadmissível que uma pessoa presa morra dentro do presídio sem acusação grave que justificasse a sua manutenção lá por 11 meses, sem nenhuma ação efetiva para atender-lhe quando precisou, quando havia sinais de que ele corria risco de vida. É uma questão que exige investigação, que exige apuração de responsabilidade. É inadmissível que isso possa acontecer de novo. É uma questão de humanidade.

Em segundo lugar, quero dizer que nós fizemos duas audiências públicas na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, em que discutimos, inclusive com o Secretário Nacional do Programa Nacional de Imunizações, a vacinação de jovens e crianças, principalmente de crianças.

Eu queria citar alguns dados, para os Deputados entenderem bem o problema. Em primeiro lugar, crianças não são grupo de risco. Uma criança de até 5 anos de idade tem 0,0003% de possibilidade de contrair uma forma grave de COVID, enquanto que um idoso tem quase 1% de possibilidade. Portanto, é mais de mil vezes maior o risco do idoso em relação ao risco da criança pequena. Em segundo lugar, não existe nenhuma comprovação. Qual vacina vai ser aplicada na criança? A da Janssen, que o Ministério da Saúde não dá mais, a que sumiu, e não se explicou por quê?

É a AstraZeneca, que se pagou mais de 1 bilhão por transferência de tecnologia e ninguém fala mais nela? Cadê a AstraZeneca? Vai ser a bivalente, da Pfizer? Que vacina que vão fazer nessas crianças? Por que sumiram as outras?

Então, há muita explicação para dar sobre uma vacina que não tem eficácia comprovada, porque é uma vacina que vacina, mas não imuniza. A pessoa pega o vírus, ela fica doente. *"Ah, mas a vacina faz com que a pessoa tenha a doença de uma forma mais leve, não morra"*. No final de agosto, início de setembro, de 2021, já havia 19 mil mortes por COVID de pessoas completamente vacinadas.

Então, para que submeter a criança a esse tipo de risco se a vacina não é efetiva? Eu vou dizer porque não é efetiva. Imaginem, vamos fazer um raciocínio claro aqui. A imunidade que a vacina pode dar para a pessoa é para ela não pegar o vírus. Se ela pegar o vírus, ela não se imunizou. Se o vírus entrou e a contaminou, a pessoa vai desenvolver outro tipo de imunidade, que é a imunidade natural, não é a imunidade da vacina. Então a vacina não serviu para proteger. Para que submeter as nossas crianças a isso? Essa é uma pergunta que nós estamos querendo trazer a Ministra para nos esclarecer. Ela irá à Comissão de Fiscalização e Controle para nos esclarecer para que submeter as crianças a esse risco. Discutir a questão dos idosos é outra coisa. Mesmo assim, eu continuo botando a dúvida da eficácia. Mas a criança pequena que tem 0,00003% de chance de contrair o vírus é um caso único na história. Nunca se fez vacina para uma criança com risco tão pequeno.

Muito obrigado.

Sumário

A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 1.768, de 2023, que reabre prazo para repactuação de dívidas de crédito rural abrangidas pela Lei nº 11.322, de 13 de junho de 2006 (Lei Eunício Oliveira), e estende as condições nela previstas a dívidas contraídas por Microempreendedor Individual. Além disso, criticou o negacionismo e as políticas do ex-Presidente Bolsonaro, reprovando a política de saúde durante a pandemia do coronavírus e o desprezo pelo Programa Minha Casa, Minha Vida. Enfatizou os avanços sob o Governo Lula, incluindo a redução do desemprego, a valorização do salário mínimo e a implementação de projetos educacionais. Por fim, celebrou o anúncio de propostas para a Faixa 1 do novo Programa Minha Casa, Minha Vida, direcionado aos mais necessitados, como um exemplo do compromisso do Governo Lula com a população brasileira.

A SRA. ERIKA KOKAY (Bloco/PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Eu fico muito impressionada com as discussões que se fazem na tribuna, porque elas indicam o que nós enfrentamos no último Governo, derrotado pelo povo brasileiro, do hoje inelegível Jair Bolsonaro. Nós enfrentamos o negacionismo da realidade. Mas negar os próprios fatos? Para se dizer que esse projeto não atinge todo o território nacional só pode haver duas justificativas: ou o negacionismo estrutural da COVID-19, que penalizou o País e matou tantas pessoas, ou alguém não leu o próprio projeto. No art. 4º está dito, de forma muito nítida, que fica autorizada a repactuação em todo o território nacional. Está escrito: "*Em todo o território nacional*".

Nós tínhamos uma preocupação com a agricultura familiar, porque é a que coloca comida na mesa do povo brasileiro e, em verdade, a que tem condições de empregar de forma absolutamente contundente. Apresentamos emenda na perspectiva de ampliar o rebote e, ao mesmo tempo, favorecer a agricultura familiar, também fazendo a extensão dos prazos. Essa emenda foi aceita pela Relatora. Portanto, nós estamos absolutamente contemplados com a nossa preocupação.

Ao mesmo tempo, dizemos que é preciso, sim, fazer essa repactuação. Não se pode assomar à tribuna para negar a própria realidade, açoiando a realidade, açoiando a verdade. Quando aqui se fala do desgoverno de Luiz Inácio Lula da Silva, fala-se do açoite à realidade e à verdade. Nós estamos com pouco mais de 7% de desemprego. É quase o pleno emprego que o Brasil está vivenciando. Houve reforço e valorização do salário mínimo. Nós estamos aqui com um projeto de educação integral que vai contemplar 1 milhão de meninos e meninas em idade escolar. Esse é o Governo Lula.

Hoje, o novo Programa Minha Casa, Minha Vida anunciou seleção de propostas para a Faixa 1. A Faixa 1 é a de quem ganha menos, que foi desprezada pelo Governo do inelegível, negacionista e genocida, o qual

provocou tantos males ao País.

Por isso, nós estamos aqui para dizer que somos favoráveis à proposição e que vamos seguir adiante, porque Lula está fazendo o Brasil voltar.

Documento 13/15

249.2023	Sessão Ordinária - CD	28/11/2023-16:32
Publ.: DCD - 11/29/2023	Carla Zambelli-PL -SP	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

A Deputada expressou preocupação com a obrigatoriedade da vacinação de crianças contra a COVID-19, principalmente para os mais pobres, alegando que o Governo ameaça cortar o Bolsa Família de famílias não vacinadas. Defendeu a autonomia dos pais na decisão sobre a vacinação de seus filhos.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PL - SP. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente.

Eu acabo de vir da Comissão de Fiscalização e Controle, e lá não consegui terminar de falar sobre uma questão, em função do tempo que me foi concedido. É o seguinte: ninguém da Direita é contra a oferta de vacinação contra a COVID-19 para crianças. Ninguém é contra a que o Governo garanta que essa vacina esteja ali. Nós somos contra a obrigatoriedade de vacinação, principalmente para os pobres, porque o Governo Federal está ameaçando cortar o Bolsa Família dos pobres que não vacinarem suas crianças. Essa é uma ameaça muito séria que o Governo Lula está fazendo às famílias que vivem do Bolsa Família.

Então, nós somos contra essa obrigatoriedade. É perfeitamente possível que qualquer pai e qualquer mãe queiram vacinar os filhos. Mas o pai e a mãe é que devem determinar como tratam seus filhos, e não o Estado. O Estado não é dono de nossas crianças.

Obrigada.

Documento 14/15

249.2023	Sessão Ordinária - CD	28/11/2023-17:16
----------	-----------------------	------------------

Publ.: DCD - 11/29/2023 Maria do Rosário-PT -RS

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

A Deputada elogiou o trabalho da Ministra Nísia Trindade no Ministério da Saúde, destacando suas ações como a recuperação do Programa Mais Médicos, o reajuste no custeio do SAMU, a retomada do Programa Nacional de Imunizações e o enfrentamento das cirurgias represadas. Reconheceu o currículo da Ministra, seu compromisso com a ciência no enfrentamento da pandemia, e agradeceu pelo apoio financeiro ao Instituto de Cardiologia em Porto Alegre.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT - RS. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu quero fazer um desagravo à Ministra Nísia Trindade. Quando convidamos Ministros e Ministras para estarem conosco no Parlamento brasileiro, a primeira responsabilidade que temos é a de respeitar o trabalho realizado com dignidade. A Ministra Nísia tem sido incansável. Recuperou o Programa Mais Médicos, para atender o interior do Brasil e as nossas periferias, estabeleceu reajuste de 30% no custeio do SAMU, enfrenta o tema das cirurgias que estavam represadas, retomou o Programa Nacional de Imunizações.

Hoje, no entanto, em uma Comissão da Casa, a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, alguns colegas desrespeitaram profundamente a Ministra Nísia Trindade, desrespeitaram o seu trabalho. É uma pena que, no período anterior, quando a pandemia estava fazendo tantas vítimas no Brasil, não tenhamos tido uma Ministra que se pautasse pela ciência, como faz Nísia Trindade e um Presidente como Luiz Inácio Lula da Silva.

Ao dizer isso, Sr. Presidente, quero elogiar a Ministra, quero reconhecer seu trabalho, seu trabalho como mulher, principalmente como mulher da ciência, seu currículo, destinado a melhor atender o povo brasileiro, desde a atenção básica.

Faço um agradecimento adicional, porque na próxima quinta-feira, em Porto Alegre, será anunciado importante apoio do Ministério da Saúde ao Instituto de Cardiologia, da ordem de 15 milhões anuais, retroativos, inclusive, ao mês de janeiro, para que possa o instituto, tão fundamental ao atendimento dos gaúchos e das gaúchas em Porto Alegre, na região metropolitana, seguir com a qualidade do seu trabalho. O Instituto de Cardiologia vive hoje uma crise gravíssima, demitiu servidores extremamente importantes ao seu funcionamento, precisa desse apoio federal e só entrou em colapso, porque no Governo anterior os recursos pagos para os procedimentos de cirurgia

cardiológica foram reduzidos a nada, a não remunerar esse tipo de tratamento.

Agradeço à Ministra Nísia com um forte desagravo.

Sr. Presidente, peço que o meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 15/15

252.2023

Sessão Ordinária - CD

30/11/2023-12:24

Publ.: DCD - 12/1/2023 - Erika Kokay-PT -DF

BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

A Deputada expressou preocupação com políticos que buscam ações golpistas. Mencionou questões ambientais, lembrando que o Governo do ex-Presidente Jair Bolsonaro foi nocivo ao meio ambiente e negou a gravidade da pandemia de coronavírus. Defendeu as realizações do atual Governo Lula em áreas como combate à fome, educação e meio ambiente. Por fim, criticou o Governo do Distrito Federal por não negociar com categorias de servidores em luta e por falta de políticas habitacionais para populações vulneráveis.

A SRA. ERIKA KOKAY (Bloco/PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Às vezes eu fico muito impressionada com determinadas ações daqueles que não se conformam com o resultado eleitoral e que têm uma sede golpista incontrolável — incontrolável —, uma sanha golpista incontrolável. Não apenas provocaram o 8 de janeiro, como ficam todo o tempo tentando sabotar a vontade do povo brasileiro.

Eu ouvi a fala do Líder da Oposição no Senado sobre a votação da taxa de *offshore*, dos fundos fechados: "*Esse é o velho Governo*" — referia-se ao Governo Lula — "*com as suas práticas bolorentas*". Eu fico me perguntando quais são as práticas cruéis, bolorentas que o Brasil vivenciou e que deixaram tantas marcas na nossa pele e na nossa própria alma, senão as do Governo do hoje inelegível, que aumentou o preço do combustível, chegando a cobrar até 10 reais, às vezes mais, por 1 litro de gasolina. E não foi só isso. A inflação disparou. O desemprego ameaçou as nossas vidas. Tivemos o salário mínimo congelado. E a fome voltou.

Sabem o que faz o Governo Lula? O combate à fome. O Governo Lula vai estabelecer uma bolsa para as pessoas que estão no ensino médio, para que não haja evasão escolar. O Governo Lula está levando conectividade para as escolas e vai colocar mais de 1 milhão de meninos e meninas na educação integral. Diminuiu a inflação, diminuiu o desemprego, fez o Brasil voltar a ter

autoridade internacional.

A cena que não me sai da memória é o então Presidente da República, hoje inelegível, num bar em Nova York, comendo um pedaço de *pizza*, em meio a uma discussão internacional, porque fraudou a própria vacina — fraudou a própria vacina.

Hoje nós vemos o Lula capitanear uma discussão internacional, porque o Brasil voltou a respeitar o meio ambiente, que foi alvo de muita destruição no Governo do inelegível. Lembro que, quando o então Ministro do Meio Ambiente, que transformou o Ministério no arauto de uma política antiambiental, saía do Governo, o então Presidente da República Jair Bolsonaro, hoje inelegível, aquele da necropolítica, aquele que dizia que era uma gripezinha a COVID-19, disse que o Ministro tinha cumprido uma boa função porque tinha anistiado 80% das multas dos criminosos ambientais, porque tinha destruído os sistemas de fiscalização.

Agora o Brasil está voltando. E este Brasil que está de volta é um Brasil que aposta no seu próprio povo, é um Brasil que se abraça com o seu próprio povo. E o Líder da Oposição fala em práticas, ou ideias bolorentas, ou coisa parecida. Bolor tem é a morte. Bolor tem é a fome. Isso é bolorento, não um País que está se reencontrando.

Por fim, Presidente, venho aqui dizer que nós estamos vivenciando uma profunda intransigência no Palácio do Buriti. O Governo do Distrito Federal não negocia com as categorias que estão em luta, como a da assistência social, que é fundamental para o combate às desigualdades, que todos os dias assegura direitos, que está na Secretaria da Mulher, na Secretaria de Justiça, na Secretaria de Desenvolvimento Social. O Governo não senta para negociar! Aliás, nós já tivemos uma proposta apresentada por um grupo de trabalho. Essa proposta teve na sua construção a participação do próprio Governo, e o Governo a engavetou. Temos também a carreira da socioeducação, que está em movimento, e a carreira dos agentes comunitários de saúde, fundamentais para a saúde desta cidade.

O Governo do Distrito Federal tem que respeitar os servidores e servidoras. Ele não pode desprezar quem constrói as políticas públicas todos os dias, não pode achar que o seu Governo tem que ser sinônimo de despejo da população que precisa de políticas habitacionais. Colocou os tratores para remover uma população que está há 23 anos numa região aqui de Brasília, uma população de catadores e catadoras, sem propor nenhum tipo de política habitacional. Ora, se ele vai remover uma população, tem que assegurar-lhe o direito ao trabalho e à própria moradia.

Mas nós temos aqui no Distrito Federal um Governo que é insensível às pessoas, um Governo que se dedica a obras, obras e obras, e esquece as pessoas.

Governador Ibaneis, respeite os servidores e servidoras, respeite Brasília.
